

PL da Devastação ameaça áreas protegidas na Amazônia

Foto: Greenpeace | Pesquisadores alertam que o enfraquecimento do licenciamento ambiental previsto no PL 2.159/2021 pode colocar em risco compromissos assumidos pelo Brasil, como a proteção de 30% do território até 2030. Áreas protegidas já sofrem com falta de investimento e não resistirão a mais retrocessos legais.

A recente aprovação do Projeto de Lei nº 2.159/2021, que altera as regras do licenciamento ambiental no Brasil, acende um alerta entre especialistas e defensores da conservação. O texto legal, que transfere a responsabilidade de licenciamento a estados e permite licenciamento automático em diversos casos, pode agravar os já conhecidos desafios de gestão nas áreas protegidas da Amazônia – conforme evidencia um estudo publicado na revista Biological Conservation, conduzido por pesquisadores do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e da Universidade Federal de Goiás.

A pesquisa analisou 261 unidades de conservação (UCs) na Amazônia brasileira, considerando dados oficiais de gestão e biodiversidade. Os resultados revelam um descompasso alarmante entre o valor das áreas para conservação da biodiversidade e os investimentos efetivos em sua gestão. O estudo demonstra que as UCs de maior prioridade para a proteção de espécies ameaçadas e de uso sustentável – como castanha-do-pará e jacarés – são, paradoxalmente, aquelas que apresentam os piores indicadores de gestão e menor acesso a recursos técnicos e financeiros.

Esse cenário tende a se agravar com a nova legislação. O PL 2.159/2021 promove o chamado “licenciamento autodeclaratório”, que dispensa o estudo prévio de impacto ambiental em diversos casos. A medida pode enfraquecer o controle sobre atividades

em zonas de amortecimento de unidades de conservação ou mesmo em suas adjacências – justamente as áreas identificadas pela pesquisa como mais críticas em termos de pressão antrópica e menos protegidas por investimentos públicos.

A pesquisa destaca que o desmatamento no entorno das áreas protegidas tem forte impacto em seu interior, corroendo a efetividade das UCs. Aproximadamente 50% das áreas analisadas já apresentavam índices alarmantes de desmatamento interno, mesmo estando formalmente protegidas. A fragilidade na gestão, sobretudo nas UCs administradas por estados ou que não contam com apoio do programa federal ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), está diretamente associada a essa tendência.

O ARPA, maior iniciativa de financiamento de áreas protegidas tropicais do mundo, tem se mostrado eficaz. As áreas que contam com seu apoio financeiro registram melhores índices de efetividade na gestão e menor perda de cobertura florestal. Porém, mesmo com o suporte do programa, os recursos estão longe de ser suficientes: o custo mínimo estimado para conservar cerca de 80% da Amazônia gira entre 1,7 e 2,8 bilhões de dólares anuais – valor que não tem sido alcançado.

Diante disso, a flexibilização do licenciamento imposta pelo PL 2.159/2021 contraria diretrizes básicas de planejamento territorial e compromete objetivos assumidos pelo Brasil, como a meta global de proteger 30% do território até 2030, estabelecida pelo Acordo de Kunming-Montreal. A ampliação de áreas protegidas sem a correspondente estrutura de gestão já é um desafio; permitir atividades econômicas com menor controle ambiental pode desestabilizar ainda mais esse sistema.

Além dos impactos ambientais diretos, a ausência de um licenciamento rigoroso afeta também populações tradicionais, que dependem dos serviços ecossistêmicos e da estabilidade das áreas de conservação. A pesquisa reforça que o engajamento das comunidades locais e a gestão participativa são componentes centrais da efetividade das UCs, ainda negligenciados em

grande parte do território amazônico.

A flexibilização legislativa, sem contrapartidas de fortalecimento institucional e financiamento adequado, representa um retrocesso para a conservação. A pesquisa conclui que investir em gestão é tão estratégico quanto criar novas áreas protegidas. No entanto, com o licenciamento fragilizado, o risco é ampliar as ameaças sem garantir os instrumentos mínimos para enfrentá-las.

A coordenadora de políticas públicas do LIRA/IPÊ – Legado Integrado da Região Amazônica, vinculado ao Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Fabiana, reforça a necessidade de que decisões nessa área sejam embasadas em dados científicos e análises técnicas. “O estudo reforça a urgência de políticas públicas orientadas por dados, que reconheçam o valor estratégico das áreas protegidas na Amazônia. Sem instrumentos técnicos sólidos como o licenciamento ambiental, o país corre o risco de fragilizar ainda mais os territórios que mais precisam de atenção”, afirmou.

Fonte: SarahSantos /Jornal Folha do Progresso e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 13/08/2025/07:40:05

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)

- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail:folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- 984046835 (Claro)
-Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: a deciopiran.blog@gmail.com